

OPPF 2004

AGENTE / ESCRIVÃO POLÍCIA FEDERAL

OS DEZ MANDAMENTOS DO BOM CANDIDATO:

- 1 *Antes de iniciar, faça uma breve apreciação de toda a prova (± 10 min.), observando questões interligadas e efetuando algumas anotações e marcações.*
- 2 *Comece a prova pelas disciplinas que você mais domina.*
- 3 *Iniciada a prova (ou este simulado), não a interrompa em hipótese alguma.*
- 4 *Mantenha, durante toda a prova, o alto astral, a objetividade, a satisfação, a determinação e a crença de que você terá êxito em cada questão, em cada disciplina, e na prova como um todo.*
- 5 *Faça marcações e deixe para o final as questões que você julgar trabalhosas ou difíceis.*
- 6 *Enfrente as questões com elevada objetividade. Descubra imediatamente o que o enunciado pede. Visualize ou esboce a solução. Só depois escolha a resposta mais coerente.*
- 7 *Use lógica, intuição e atitudes positivas na resolução das questões. Cuidado: depois de calculada ou localizada a resposta, muitas vezes você precisará reler o enunciado da questão para saber o que ele realmente pede.*
- 8 *No dia da prova oficial, fique de olho no relógio. Reserve tempo no final para responder a eventuais questões ou itens pendentes.*
- 9 *Inicie a prova pela estruturação da Redação, vá para a prova objetiva e, ao final, retorne para concluir a Redação e passá-la a limpo.*
- 10 *Faltando vinte minutos para o término da Prova, deixe tudo de lado e passe para o Cartão de Respostas as alternativas que você já assinalou.*



Curso Sólton

Acesse www.cursosolon.com.br

Av. Brasil 4271, sobreloja – esq. Av. Paraná

☎ (44) 3031-5394 ou 3028-5394 Maringá PR



O GABARITO DESTA PROVA É COMENTADO – NO FINAL DESTES CADERNO
APRENDA COM SEUS ERROS! DÊ ATENÇÃO ESPECIAL AOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES QUE ERRAR

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Básicos: 50 itens

**Valdir, Simone, Guerra,
Pacífico & Sérgio**

- Quantas empresas no Brasil investem US\$ 1 bilhão? E quantas fazem isso só em meio ambiente? Nos últimos anos, a PETROBRAS investiu mais que isso em gestão ambiental. Só em prevenção, foi US\$ 1,2 bilhão, incluindo o reparo e a modernização da rede de dutos. Em contenção, foram aplicados mais US\$ 100 milhões na implantação de nove centros de defesa ambiental, uma espécie de corpo de bombeiros treinado e equipado com avançada tecnologia de combate a emergências. Com esses investimentos, reduzimos as emissões, melhoramos a qualidade dos efluentes e os sistemas de tratamento de resíduos e, ainda, geramos economia de energia. Até 2007, será investido mais US\$ 1 bilhão. E, em breve, a PETROBRAS lançará o maior programa de patrocínio ambiental realizado no país. E o resultado de tudo isso vem em qualidade de vida. Para o meio ambiente. E para você. (PROVA CONCURSO PETROBRAS)

Correio Braziliense, 5/6/2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, que é parte de um anúncio publicitário da PETROBRAS, julgue os itens subseqüentes.

01. Infere-se do texto que investir na proteção do meio ambiente resulta em melhor qualidade de vida.
02. As duas ocorrências do pronome “isso” (linhas 2 e 3) têm como referência, no texto, a cifra de “US\$ 1,2 bilhão” (linha 4).
03. O aposto que se segue à vírgula depois de “centros de defesa ambiental” (linhas 6-7) fornece explicação acerca do que são esses centros.
04. A oração “Com esses investimentos” (linha 9) tem, subentendida, a idéia expressa por **Apesar desses investimentos**.
05. O texto admite que os três últimos períodos sintáticos componham apenas um período, eliminando-se as duas ocorrências de ponto final e fazendo-se os necessários ajustes nas letras maiúsculas.

- Criado após os vazamentos em oleodutos na baía de Guanabara e no Paraná, em 2000, o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (PEGASO) permitiu à PETROBRAS reduzir seus problemas ambientais nos últimos cinco anos. Até 1998, a média de vazamento de óleo era de 2,8 milhões de litros; no ano passado, caiu para 197 mil litros. O investimento levou também a uma diminuição de 80% dos resíduos, que chegavam a 900 mil toneladas por ano.

- 10 A PETROBRAS desembolsou até agora R\$ 3,8 bilhões do

- total de R\$ 5,2 bilhões programados até o fim do ano. É o maior investimento em meio ambiente já feito no curto prazo, segundo a empresa. A partir de 2004, haverá nova injeção de recursos, estimada em US\$ 1 bilhão para os três anos seguintes. Nessa segunda fase, serão realizados diagnósticos individuais nas unidades da PETROBRAS.

A intenção é uniformizar o padrão de excelência. (PROVA CONCURSO PETROBRAS).

Débora Guterman. Valor Econômico, 21/5/2003, p. A4 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito do texto anterior.

06. Embora as oxítonas terminadas em “a” e seguidas de “s” devam ser acentuadas, a palavra “PETROBRAS” pode não apresentar acento na última sílaba por tratar-se de uma sigla.
07. A vírgula após “passado” (linha 6) justifica-se por isolar oração que representa restrição à informação antecedente.
08. Em “a uma diminuição” (linha 7) o “a” é preposição exigida pela regência da palavra “investimento” (linha 7).
09. A expressão “investimento” (linha 7) está sendo utilizada em sentido diferente e oposto à idéia de “desembolsou” (linha 10) e “injeção de recursos” (linhas 13-14).

Julgue os trechos abaixo quanto à correção gramatical.

10. A comunidade internacional, durante a Conferência Rio-92, aprovou um documento de compromissos para a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século, denominando-o Agenda 21.
11. Resgatava-se, assim, o termo Agenda no seu sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização, em cuja predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.
12. Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município ou região e planeja o futuro de forma sustentável.
13. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução à curto, médio e longo prazos.

Itens adaptados. Internet:
 <http://www2.petrobras.com.br/portal/meio_ambiente.htm>.

Julgue se os itens abaixo completam com coesão o trecho a seguir.

A escolha dos seis temas centrais da Agenda 21 brasileira foi feita de forma a abarcar a complexidade do país, dos estados, municípios e regiões, dentro do conceito da sustentabilidade ampliada, permitindo planejar os sistemas e modelos ideais,

14. que seriam direcionados também para o campo, focalizando a agricultura sustentável.
15. onde abrangiam os setores estratégicos de transportes, energia e comunicações, questões-chave do tema infra-estrutura e integração regional.
16. que se voltem para a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio do tema gestão dos recursos naturais.
17. procurassem reduzir as injustiças sociais, como propõe o tema redução das desigualdades sociais.
18. que respondam aos desafios propostos para a ciência e tecnologia comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

Itens adaptados. Internet:
http://www2.petrobras.com.br/portal/meio_ambiente.htm.

Em uma empresa, o cargo de chefia só pode ser preenchido por uma pessoa que seja pós-graduada em administração de empresas. José ocupa um cargo de chefia, mas João não. Partindo desse princípio, podemos afirmar que:

19. João não é pós-graduado em administração de empresas.
20. José é pós-graduado em administração de empresas e João também pode ser.

José quer ir ao cinema assistir ao filme "Fogo contra Fogo", mas não tem certeza se o mesmo está sendo exibido. Seus amigos, Maria, Luís e Júlio têm opiniões discordantes sobre se o filme está ou não em cartaz. Se Maria estiver certa, então Júlio está enganado. Se Júlio estiver enganado, então Luís está enganado. Se Luís estiver enganado, então o filme não está sendo exibido. Ora, Maria está certa, ou José não irá ao cinema. Verificou-se que o filme "Fogo contra Fogo" está sendo exibido. Logo:

21. Luís está enganado, mas não Júlio.
22. José não irá ao cinema.

Os carros de Artur, Bernardo e César são, não necessariamente nesta ordem, uma Brasília, uma Parati e um Santana. Um dos carros é cinza, um outro é verde, e o outro é azul. O carro de Artur é cinza; o carro de César é o Santana; o carro de Bernardo não é verde e não é a Brasília. Atribuindo-se "C" para o valor lógico "verdadeiro" e "E" para o valor lógico "falso", pode-se concluir que:

23. O carro de Arthur é uma Brasília ou o carro de Bernardo é a Parati.

24. Se o carro de César é verde, então o carro de Arthur é um Santana.

25. Se o carro de Bernardo é cinza, o carro de César não é verde.

Considere as afirmações: A) se Patrícia é uma boa amiga, Vítor diz a verdade; B) se Vítor diz a verdade, Helena não é uma boa amiga; C) Cláudia e Patrícia são boas amigas. A análise do encadeamento lógico dessas três afirmações permite concluir que:

26. São equivalentes a dizer que Patrícia é uma boa amiga.
27. Implicam necessariamente que Vítor diz a verdade e que Helena não é uma boa amiga.

Há três suspeitos de um crime: o cozinheiro, a governanta e o mordomo. Sabe-se que o crime foi efetivamente cometido por um ou por mais de um deles, já que podem ter agido individualmente ou não. Sabe-se, ainda, que: A) se o cozinheiro é inocente, então a governanta é culpada; B) ou o mordomo é culpado ou a governanta é culpada, mas não os dois; C) o mordomo não é inocente. Logo:

28. A governanta ou mordomo são os culpados.
29. O cozinheiro é culpado se e somente se o mordomo é o culpado.
- Numa sala estão 20 homens e 12 mulheres. Dos 20 homens, 8 usam óculos e das 12 mulheres, 4 usam óculos. Uma pessoa é escolhida aleatoriamente. Daí, temos que
30. a probabilidade de essa pessoa ser uma mulher ou alguém que usa óculos é 20/32
31. a probabilidade de essa pessoa ser um homem ou alguém que usa óculos é 20/32.

Para as proposições a seguir, indique C (certo) ou E (errado):

32. Com a evolução do hardware, hoje em dia é possível gravar CDs em unidades de CD-ROM.
33. A memória primária é a RAM, a memória secundária são os discos, a memória virtual é a memória RAM simulada no disco.
34. No Windows o ícone de um disco com uma mão em baixo indica que este disco foi compartilhado para outro ou outros usuários da rede que este computador está conectado.



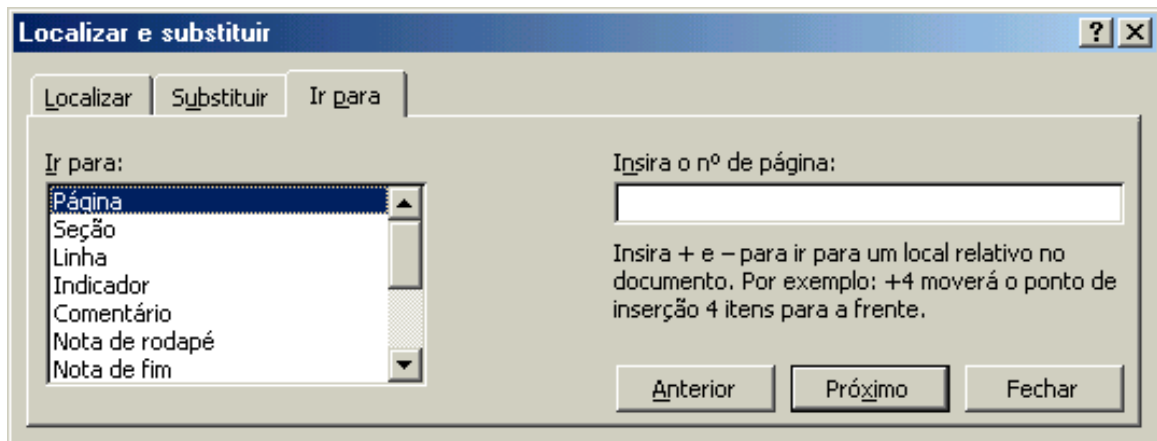
35. [] Ao pressionar o botão com o desenho de uma impressora na barra de tarefas do Word, uma caixa de diálogo aparecerá permitindo mudar as preferências da impressão.




36. [] Na tela do Windows Explorer que aparece a seguir, se solicitarmos o menu Arquivo, aparecerá nele a opção Formatar. →

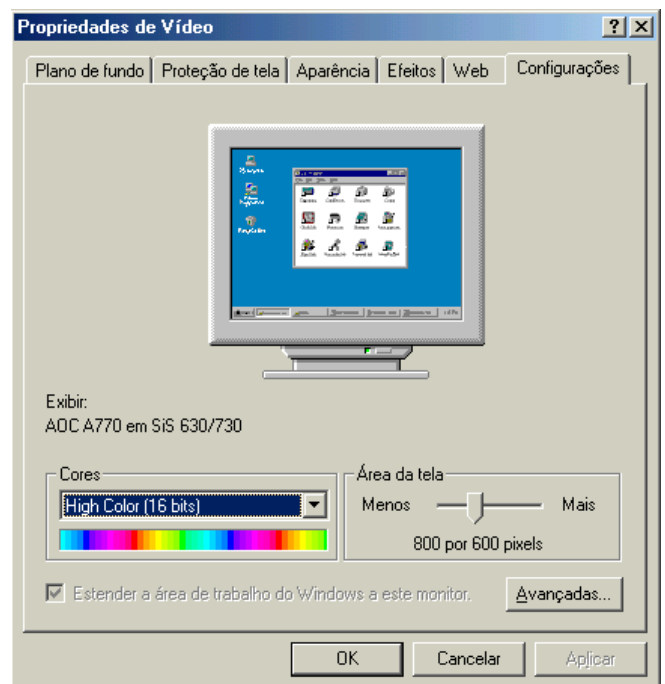


37. [] A caixa de diálogo abaixo pode ser obtida através das teclas de atalho CTRL+I.




38. [] Pressionar o botão  com o botão direito do mouse ou usar as teclas de atalho CTRL+V, farão o mesmo efeito, ou seja, colará o conteúdo da área de transferência no local do texto onde estiver o ponto de inserção (cursor).


39. [] A janela abaixo permite configurar no Windows a resolução de tela e a resolução de cores, onde podemos constatar que o computador está configurado para 65536 cores e SVGA.






40. Ao apertar o botão  no Internet Explorer, ele mesmo receberá os e-mail's de sua caixa postal no provedor.



41. No Word a régua  que pode ser exibida ou não, permite através da seta que aponta para baixo, deslocar o recuo apenas da primeira linha do parágrafo selecionado.



42. No Word, o botão , permite pintar o texto com outras cores.
43. No Word quando não é possível alterar o conteúdo de uma tabela se as linhas de grade não estiverem visíveis.

A disciplina de Atualidades exige do candidato domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

Em relação ao processo de Globalização podemos afirmar que:

44. originou-se no século XV e XVI com as Grandes Navegações.
45. Fluxos Materiais como as importações e exportações, e Fluxos Imateriais como a Internacionalização das finanças, encontra-se cada vez mais integrados nesse Sistema mundial, mudando hábitos de consumo, gerando mais violência.
46. Acirra as disputas ultranacionalistas, o xenofobismo e os conflitos étnico-religiosos.

Das proposições relacionadas abaixo quais dizem respeito às características do Neoliberalismo?

47. No Neoliberalismo o estado é máximo, centraliza e detém todas as decisões sobre a economia do país.(E)
48. Instituições financeiras como o FMI e BIRD, têm forte poder de influência, principalmente em relação aos rumos econômicos dos países em desenvolvimento.
49. Os países desenvolvidos defendem a idéia de que os países subdesenvolvidos devem apenas preocupar-se em investir em seu sistema educacional interno para futuramente poderem chegar ao desenvolvimento, os demais sistemas devem ser privatizados.
50. Em relação a DIT (Divisão Internacional do Trabalho) algumas das tecnologias dos países centrais são transferidas para os países periféricos, possibilitando um sensível aumento da produtividade mundial, e também o nível de consumo.

Mensagem Sólon

“Um dos efeitos do medo é perturbar os sentimentos e fazer com que as coisas não pareçam o que são.”

(CERVANTES)

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Específicos: 70 itens

**Ivo, Franciely, Viviane,
Allan, Claudir e Anderson**

Em meados de julho do corrente ano, Pedro, Paulo e João associaram-se, com vontade associativa permanente, a fim de praticarem tráfico ilícito de substância entorpecente. No dia 10 de agosto, por volta das 13 h, agentes da polícia federal, passando-se por compradores, adentraram na residência de João e, em cumprimento a mandado de busca, efetuaram a prisão em flagrante de Pedro, Paulo e João, que detinham em depósito, para negócio, doze quilos de cocaína.

Com referência à situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem:

51. Pedro, Paulo e João praticaram os crimes de associação criminosa e tráfico ilícito de entorpecentes.
52. A associação criminosa é equiparada a crime hediondo, razão pela qual, se da sua prática resultar a imposição de pena privativa de liberdade, esta deverá ser cumprida integralmente em regime fechado.
53. Caso Pedro, Paulo e João fossem primários e portadores de bons antecedentes e possuísem residências fixas e ocupações lícitas, eles teriam direito a liberdade provisória.
54. Configurado o tráfico internacional de entorpecentes, e não sendo o lugar do crime sede de vara da Justiça Federal, a competência para processar e julgar o feito seria do juiz estadual. Os recursos, entretanto, deveriam ser interpostos perante o Tribunal Regional Federal da respectiva área de jurisdição do magistrado de primeiro grau.

De acordo com a Lei n.º 9.296/96, que regulamentou o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal:

55. Poderá o juiz autorizar a interceptação telefônica de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para instruir ação de divórcio.
56. Admitir-se-á interceptação das comunicações telefônica em relação a qualquer crime, desde que punível com pena privativa de liberdade de qualquer natureza.

X, Y, Z e W faziam parte de uma organização criminosa que tinha por finalidade a prática de vários assaltos (roubos). X, em um desses assaltos, acabou sendo preso em flagrante por agentes de polícia. Na delegacia, os agentes,

com o intuito de obterem informações a respeito dos demais integrantes do crime organizado, colocaram X em um pau-de-arara e deram-lhe choques elétricos, causando-lhe intenso sofrimento físico. X assinou um termo de declaração, indicando o nome de Y, Z e W, os crimes cometidos, bem como o local em que guardavam o dinheiro roubado. Em decorrência dessas informações, os agentes policiais lograram em prender Y, Z e W, mediante uma ordem de prisão judicial, e apreenderam os objetos roubados. Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem:

57. Em face da prisão de Y, Z e W, as declarações prestadas por X são provas lícitas.
58. Os agentes de polícia que participaram da oitiva de X praticaram crime de tortura, sendo que a condenação, caso advenha, acarretará a perda do cargo público.
59. X, uma vez condenado, terá sua pena diminuída de 1 a 2/3, tendo em vista estar caracterizada a chamada delação eficaz ou premiada.

Em relação à Lei de Execução Penal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens abaixo:

60. Quanto à aplicação da sanção disciplinar, vigora o princípio da legalidade, ou seja, não há falta, nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar. Assim, todas as faltas, sejam elas, leves, médias ou graves deverão estar previstas na Lei de Execução Penal.
61. O condenado punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.
62. O adolescente civilmente identificado será, em regra, submetido a identificação criminal pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo na hipótese em que ele tiver cometido um ato infração sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa à legislação penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

63. Reginaldo foi vítima de abuso de autoridade por parte de agentes públicos federais e representou ao Ministério Público Federal para que este promovesse a responsabilização penal daquelas. O Procurador da República considerando haver indícios suficientes do fato ofereceu denúncia. O juiz antes de recebê-la notificou os agentes públicos para oferecerem, no prazo de 15 dias, a defesa preliminar. Nessa situação, o juiz federal agiu acertadamente, ao observar o procedimento para os crimes funcionais.

64. Compete à Justiça Comum processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que prestado em serviço.
65. Tércio, com *animus necandi*, disparou sua arma de fogo em direção a Otávio, sem, contudo, atingi-lo. Nesse caso, pode-se dizer que Tércio responderá pelo crime de homicídio na forma tentada em concurso formal com o crime de disparo de arma de fogo previsto no art. 15 do Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003).

Da mesma forma, julgue.

66. Joel foi aprovado em concurso para provimento de cargo efetivo no serviço público federal. Ainda sem ter assumido o cargo, recebe de Milton, mediante a promessa de ajuda-lo após assumir o cargo em razão dele, vantagem consistente em R\$ 5.000,00. Nessa hipótese, Joel cometeu crime de corrupção passiva.

Maria e Aparecida, previamente ajustadas e com unidade de designios, subtraíram do interior de um escritório de contabilidade, de propriedade exclusiva de João, a importância de R\$ 10.000,00. Maria estava separada judicialmente de João, que era irmão de Aparecida. Um empregado de João levou o fato ao conhecimento da autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

67. Maria e Aparecida praticaram um crime de furto qualificado.
68. A autoridade policial poderia instaurar o inquérito policial independentemente de qualquer manifestação por parte de João.
69. Ocorreria uma imunidade penal absoluta com relação a Maria, com isenção de pena, caso, no momento do fato delituoso, ela ainda tivesse casada e residindo com João.
70. Se o crime praticado fosse o de roubo, com o emprego de violência e grave ameaça e grave ameaça contra João, ação penal seria pública incondicionada.

Julgue as proposições seguintes:

71. Marcelo, caixa de um supermercado, privou a liberdade de locomoção da filha de seu empregador, seqüestrando-a, com o objetivo de obter para si a importância de R\$ 20.000,00 como preço do resgate. Antes de receber a importância exigida, Marcelo foi preso em flagrante. Nessa situação, Marcelo respondera pela prática do crime de extorsão mediante seqüestro, na forma consumada e, caso seja condenado definitivamente, poderá ocorrer a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador por justa causa.
72. Juliana era conhecida de Mucio, funcionário de autarquia federal, e sobre ele a primeira possuía grade ascendência. Juliana não era funcionária pública e, durante muito tempo, tentou convencê-lo a subtrair um equipamento, de pequeno porte, mas valioso, que havia no ente público, ate que

Mucio anuiu e efetuou a subtração. Nessa situação, Mucio cometeu peculato e, pelo fato de esse delito ser próprio de funcionário público, Juliana não poderia ser punida como partícipe do crime.

73. Rui era engenheiro e participava da construção de uma rodovia, para a qual seria necessária a destruição de uma grande rocha, com o uso de explosivos. Rui, contudo, por insuficiência de conhecimentos técnicos, não calculou bem a área de segurança para explosão. Por isso, um fragmento da rocha acabou atingindo uma pessoa, a grande distancia, matando-a. Nessa situação, devido ao fato de a morte haver decorrido do uso de explosivos, o caso e' de homicídio qualificado.
74. Dois detentos, Luizão e Jorge, decidem suicidar-se. Luizão prepara uma corda feita com lençóis, coloca-a no teto da cela, sobe em uma cadeira e após passar a corda pelo pescoço pede a Jorge, antes que este tome um formicida que já havia preparado, que lhe tire a cadeira debaixo dos pés. Jorge atende o pedido de Luizão e este morre. Logo após, Jorge toma o formicida, mas os médicos do presídio conseguem salvá-lo. Jorge respondera' por homicídio.
75. Um investigador de policia foi designado para assumir a chefia do quadro de investigadores de um determinado distrito policial. Antes de assumir o cargo percorreu os hotéis do distrito e solicitou dos mesmos uma gratificação semanal para não serem molestados ou fiscalizados. Um dos hoteleiros, não concordando, levou o fato ao conhecimento do Delegado Geral de Policia que tomou as providencias cabíveis, inclusive anulando a designação daquele investigador para o cargo. Pergunta-se, o investigador e os hoteleiros, que concordaram com ele, praticaram, respectivamente, corrupção passiva e nenhum delito.
76. Um delegado de Policia verifica que o escrivão não remeteu a tempo, como determinava o seu despacho, um auto de prisão em flagrante a Juízo, ocasionando o relaxamento da prisão. Não toma contra o escrivão medida alguma. O delegado não cometeu crime e sim ilícito administrativo.
77. Um ourives recebe uma jóia para conserto. Necessitando de dinheiro leva-a a penhor. Ele cometeu furto com abuso de confiança.
78. A imputa, falsamente, a B prática de fato definido como contravenção penal. A pratica crime de calunia.
79. A (funcionário público) solicita dinheiro de B para praticar ato de oficio. A proposta é repelida. A cometeu crime de tentativa de corrupção passiva.
80. A, com intuito de injuriar B, agride-o no rosto. A cometeu crime de injúria real.

Relativamente à Administração, julgue o que se segue:

81. A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, e da disponibilidade de caixa.
82. Os princípios técnicos administrativos mais importantes são o da autonomia e da profissionalização.
83. Quando da Licitação pública todos os interessados em participar dela deverão ser tratados de maneira diferenciada.
84. As modalidades existentes de licitação pública são: Concorrência; Anuência; Tomada de Preços; Convite; Concurso; Leilão; e Pregão.
85. Todo crédito que o Poder Público tem a receber de seus devedores, seja em decorrência de tributos não pagos, seja em decorrência de outras obrigações é classificado como Dívida ativa.

Em relação aos preceitos constitucionais brasileiros, julgue as proposições a seguir:

86. A única contribuição que financia a seguridade social é a dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro.
87. As contribuições sociais mencionadas acima não estão sujeitas ao princípio da anualidade, podendo ser cobradas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
88. Na Constituição federal, a assistência à saúde é proibida à iniciativa privada.
89. A Constituição Federal veda expressamente todo tipo de comercialização de órgãos, tecidos ou substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, inclusive coleta, processamento e transfusão de sangue.
90. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado de Previdência Social terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
91. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor médio dos proventos pagos nos últimos doze meses.
92. A aposentadoria do trabalhador privado é assegurada, nos termos da lei, calculando-se o valor do benefício pela média das últimas 36 contribuições, corrigidas monetariamente mês a mês.
93. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, desde que tenha contribuído à seguridade social.
94. O ensino é livre à iniciativa privada, e incondicionado a qualquer diretriz oficial.
95. O ensino religioso é a matrícula facultativa.
96. As comunidades indígenas poderão receber

ensino fundamental em sua língua própria.

97. O mínimo que a União aplicará, anualmente, na educação, se'ra de 18%, e os Estados, Distritos Federal e Municípios, 20%.
98. Os recursos públicos serão destinados unicamente às escolas públicas.
99. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiro nato.
100. Compete ao Congresso Nacional outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

(CESPE/FISCAL INSS/98) A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos civis federais, sofreu diversas e profundas alterações com a conversão da Medida Provisória nº 1.573, e suas diversas reedições, na Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997. Acerca dessas alterações, julgue os itens abaixo.

101. Apenas os servidores da União e das autarquias federais passam a ser regidos pelo RJU; os empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas serão regidos pelo regime celetista.
102. A ascensão e o acesso, que já haviam sido declarados inconstitucionais pelo STF, foram excluídos do RJU.

(CESPE/FISCAL INSS/98) A responsabilidade civil da administração pública, disciplinada pela Constituição Federal em seu art. 37, § 6º, passou por diversas etapas até chegar ao seu estágio atual de evolução. De uma fase inicial em que o Estado não respondia pelos prejuízos causados aos particulares, a responsabilidade civil da administração pública obedece atualmente a regras especiais de direito público. A respeito desse tema julgue os itens a seguir.

103. Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco integral da responsabilidade civil.
104. Quando demandado regressivamente, o agente causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a administração pública.
105. Em face de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.

(CESPE/PROCURADOR AUTÁRQUICO/INSS/98) - Julgue os seguintes itens, acerca do poder de polícia administrativa.

106. Em decorrência do poder de polícia de que é investida, a administração pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, independentemente

de prévia autorização judicial.

107. O acatamento do ato de polícia administrativa é obrigatório ao seu destinatário. Para fazer valer o seu ato, a administração pode até mesmo empregar força pública em face da resistência do administrado, sem que, para isso, dependa de qualquer autorização judicial.
108. As sanções decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa - por exemplo, a interdição de atividade, o fechamento de estabelecimento, a demolição de construção, a destruição de objetos e a proibição de fabricação de determinados produtos - só podem ser aplicadas após regular processo judicial, haja vista a dimensão da restrição de direitos individuais implementada.
109. A proporcionalidade entre a restrição imposta pela administração e o benefício social que se tem em vista, bem como a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, podem ser questionadas em juízo, mas deverão ser esgotadas previamente as vias recursais administrativas, sob pena de o Poder Judiciário proclamar a falta de interesse de agir do administrativo.
110. Considerando a natureza e os efeitos da atuação da polícia administrativa, os atos administrativos praticados nessa esfera são estritamente vinculados.

Relativamente à Contabilidade, julgue os itens a seguir:

111. Quando $A > P$ e $P = O$, resulta $PL > 0$ e $A = PL$.
112. O princípio contábil temporariamente não em uso é o da competência.
113. Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Resultado com Exercícios Futuras são grupos

do ativo.

114. Pagamento de duplicata com juros é um fato modificativo diminutivo e de 3ª Fórmula.
115. O livro diário é principal e obrigatório.
116. Reserva legal é constituída de 5% do valor do lucro líquido do exercício, que não excederá a 15% do capital social, por disposição da lei das S.A.
117. Para apurar o CMV no inventário periódico utiliza-se a fórmula $\rightarrow CMV = EI + C - EF$
- Tendo em vista os conceitos econômicos, podemos afirmar:
118. Maior liquidez na economia e menores taxas de juros formam política fiscal expansiva.
119. Redução de gastos públicos e aumento de impostos pode gerar superávit nas contas públicas.
120. A microeconomia estuda o comportamento das medidas econômicas.

Mensagem Sólon

“Aquele que planta a árvore tem mais direito de desfrutar de sua sombra.”

(PROVÉRBIO POPULAR)

PROVA DISCURSIVA

REDAÇÃO: Máx.30 linhas (Prof.ª Sônia)

TEXTO 1

O SEXO DO BEBÊ

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo e o Ministério Público investigam clínicas de fertilidade que estariam praticando a sexagem, isto é, permitindo que casais que recorrem à fertilização “in vitro” escolham o sexo do bebê. O procedimento não é vedado por nenhuma lei, mas existe resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe a prática.

A matéria é complexa e é preciso distinguir casos. Não parece razoável que casais que podem ter filhos por métodos naturais ou com o auxílio de técnicas menos invasivas de reprodução assistida optem por uma fertilização “in vitro” (IVF) apenas para realizar o desejo de escolher se o bebê vai ser menino ou menina. Vale recordar que gravidezes por IVF implicam maiores riscos para o bebê e para a mãe. Esse tipo de gestação também tem um custo bastante elevado –medido em alguns milhares de reais cada tentativa.

É preciso que existam razões um pouco mais fortes do que o mero capricho para determinar uma IVF com sexagem. O procedimento se justifica, por exemplo, para evitar doenças genéticas graves ligadas ao sexo, como a hemofilia.

Um caso muito diverso é o do casal para o qual a IVF é a melhor ou a única alternativa para gerar a gravidez. Aqui é difícil encontrar razões para desrecomendar a seleção do sexo, se essa for a vontade dos pais. Normalmente, o médico já seleciona entre os óvulos fertilizados um ou mais embriões que vai implantar. Colocar o sexo como mais um dos critérios utilizados não parece despropositado.

Alguém poderia objetar que, se todos os pais pudessem escolher o sexo de seus filhos, talvez se produzissem graves desequilíbrios demográficos. É verdade, mas não há muita chance de isso vir a ocorrer. O alto preço da IVF já funciona como uma enorme barreira à sua disseminação. Em qualquer caso, nada aconselha que a sexagem seja vetada por lei. Sua eventual realização não implica dano nem a indivíduos nem à sociedade. É melhor que essa matéria permaneça no campo das resoluções do CFM.

(Editorial . In Folha de S.Paulo 27/09/04)

TEXTO 2

“...a ciência não tem dimensão moral: somos nós os seres morais, os que optamos por usar as nossas invenções de modo criativo ou destrutivo. Somos nós quem descobrimos curas para doenças ou gases venenosos. Daí que o futuro da sociedade está em nossas mãos e será definido pelas escolhas que fizemos daqui para frente. Não é da ciência que devemos ter medo, mas de nós mesmos e de nossa imaturidade moral.”

(GLEISER, Marcelo. In Folha de S. Paulo, 07/07/02)

TEXTO 3

“a ética é muito mais ampla, geral, universal do que a moral. A ética tem a ver com princípios mais abrangentes, enquanto a moral se refere mais a determinados campos da conduta humana. Quando a ética desce de sua generalidade, de sua universalidade, fala-se de uma moral, por exemplo, uma moral sexual, uma moral comercial. Acho que podemos

dizer que a ética dura mais tempo, e que a moral e os costumes prendem-se mais a determinados períodos. Mas uma nasce da outra. É como se a ética fosse algo maior e a moral fosse algo mais limitado, restrito, circunscrito.”

(Hebert de Souza – Betinho)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos de apoio, elabore um texto dissertativo-argumentativo. Nele você deverá responder ao questionamento “*A ética e a moral devem estar associadas aos avanços científicos?*”.

Procure posicionar-se sobre a questão já na introdução do texto. No desenvolvimento, depois de informar e opinar use exemplos para reforçar seu posicionamento. Antes de concluir releia o texto e verifique o uso dos elementos textuais.



***Tudo sobre os principais concursos públicos:
Acesse www.CursoSolon.com.br***

GABARITO PF 2004

GABARITO COMENTADO E DICAS PARA A SUA REDAÇÃO

01 C	Nas questões que envolvem interpretação, siga o roteiro de interpretação (página 3 do memorex verde)
02 E	“isso” refere-se ao valor de US\$ 1 bilhão, presente na linha 1.
03 C	Uma das funções da vírgula é isolar o aposto (explicação de um termo anterior).
04 E	“Com esses investimentos” refere-se aos valores investidos pela Petrobras.
05 C	De fato. O autor quis trabalhar em períodos distintos as três colocações, dando maior valor a cada uma das partes. Por isso, usou ponto final. Entretanto, está correta a junção em apenas um período (releia a parte final do texto).
06 C	Exato. Afinal PETROBRAS não é palavra da língua (não está no dicionário).
07 E	A vírgula existe porque a ordem direta foi quebrada: o adjunto adverbial “no ano passado” ficou anteposto ao verbo “caiu”.
08 E	Trata-se de regência do verbo levar: O investimento <u>levou</u> a uma diminuição de...
09 E	Leia “erros comuns de interpretação” em nosso memorex verde.
10 C	Sem comentários.
11 E	Use “no qual” ou “em que” no lugar de “em cuja”, tendo em vista que se refere ao <i>termo Agenda</i> , sem qualquer idéia de posse (use cujo em idéia de posse).
12 C	Sem comentários, pois está tudo certo.

continua →



Curso Solon

www.CursoSolon.com.br

Av. Brasil 4271 sobreloja - Centro

☎ (44) 3031-5394 ou 3028-5394 Maringá PR

13 E	Não use crase antes de termos masculinos: a curto, médio e longo prazos.
14 C	É muito comum nos concursos, questões que pedem para dar continuidade ao texto ou reescrever (parafrasear) o texto. Leia o memorex a respeito.
15 E	A coesão se perde, pois o texto começa com a idéia de sustentabilidade ambiental e terminaria com infra-estrutura e integração regional.
16 C	Observe a perfeita ligação (coesão) com as idéias do texto inicial.
17 E	Releia os dois itens acima e tire suas conclusões.
18 C	Idem
19 E	<i>Se José ocupa um cargo de chefia ele é pós-graduado e nada se pode afirmar de João.</i>
20 C	
21 E	<i>Se o filme fogo contra fogo está sendo exibido, então Luis não está enganado.</i>
22 C	<i>Se Luis não está enganado, então, Júlio não está enganado. Se Júlio não está enganado, então, Maria não está certa. José não irá ao cinema. Negação do conseqüente. (Proposição Contrapositiva).</i>
23 C	<i>O carro de Bernardo é a Parati azul.</i>
24 E	<i>O carro de Artur é uma Brasília cinza.</i>
25 C	<i>O carro de César é o Santana verde.</i>
	$(F) \vee (V) = (V)$ $(V) \rightarrow (F) = (F)$ $(F) \rightarrow (F) = (V)$
26 E	<i>Um argumento válido é uma implicação verdadeira. Este argumento é válido quando afirmando-se o antecedente, conclui-se o conseqüente. Conclusão: Vítor diz a verdade e Helena não é uma boa amiga.</i>
27 C	<i>Propriedade transitiva.</i>
28 C	O cozinheiro é culpado e o mordomo é culpado.
29 C	<i>Na disjunção verdadeira basta que uma proposição seja verdadeira. Na bicondicional verdadeira, ambas as proposições devem ser verdadeiras ou ambas falsas.</i>
30 C	Pois temos que $P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B) = 12/32 + 12/32 - 4/32 = 20/32$
31 E	Pois temos que $P(A \cup B) = 20/32 + 12/32 - 8/32 = 24/32$.
32 E	A sigla ROM significa somente leitura, só se pode gravar em CD-RW e CD-R
33 C	Estas definições de memória estão corretas.
34 C	Sempre que compartilhamos um recurso esta mão aparecerá para sinalizar ao dono do computador quais recursos estão compartilhados.
35 E	Ao pressionar este botão a impressão será iniciada sem caixa de diálogo. Para exibir a caixa, vá ao menu Arquivo Imprimir.
36 C	O menu arquivo do Windows Explorer altera suas opções conforme o objeto selecionado, neste caso que a seleção está no disquete realmente aparecerá a opção formatar.
37 E	A tela exibida (Ir Para) é solicitada pelas teclas CTRL+Y

38 E	Você deve usar o botão esquerdo do mouse para colar o conteúdo desejado.						
39 C	High color 16bits equivalem a 65536 cores ou 64K de cores, e 800x600 equivalem a resolução de SVGA.						
40 E	Este botão solicita o cliente de e-mail padrão ou aquele que o usuário definiu (o padrão é o Outlook Express).						
41 C	Esta seta é definida como recuo especial da primeira linha.						
42 E	O pincel copia formatação.						
43 E	As linhas de grade são só parâmetros para visualizar o layout da tabela, não influencia na edição dos dados.						
44 C	45 C	46 C	47 E	48 C	49 C	50 C	Comentário em sala
51 C	Pedro, Paulo e João responderão pelos crimes previstos no art. 14 (associação permanente/ estável de no mínimo duas pessoas para o fim de cometem os crimes descritos nos arts. 12 ou 13 da lei n.º 6.368/76) e art. 12 na conduta de <i>ter em depósito</i> substância entorpecente (cocaína) (crime permanente). As penas serão aplicadas cumulativamente em razão do concurso material de crimes (CP, art. 69).						
52 C	Conforme o art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 8.072/90, as penas previstas para os crimes hediondos e assimilados (terrorismo e tráfico ilícito de drogas afins) serão cumpridas <u>integralmente</u> em regime fechado. Logo, não se admite a progressão de regimes.						
53 E	Quem comete crime hediondo ou equiparado não tem direito à liberdade provisória, nos termos do art. 2.º, II, da Lei n.º 8.072/90.						
54 C	Art. 27 da lei n.º 6.368/76: <i>O processo e julgamento do crime de tráfico com o exterior caberão à justiça estadual com interveniência do Ministério Público respectivo, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos.</i>						
55 E	Segundo o art. 2.º, I, da Lei n.º 9.296/96, <i>a contrario sensu</i> , para que seja autorizada a interceptação telefônica é necessário, além de outros requisitos, que haja indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal, logo, só é possível a interceptação se a finalidade for instruir investigação policial ou processo criminal (não se admite a quebra de sigilo para instruir processo cível, como, por exemplo, ação de separação por adultério).						
56 E	O art. 2.º, III, da Lei n.º 9.296/96 determina que <u>não</u> será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de <u>detenção</u> . Desse modo, conclui-se que a pena privativa de liberdade abrange duas modalidades: a detenção e a reclusão. Tratando-se de reclusão é possível, somente nessa hipótese, a interceptação.						
57 E	Essa situação retrata a chamada prova ilícita por derivação, i.e., a prova em si mesma é considerada lícita, mas produzida a partir de um fato ilícito. Assim, embora a prisão efetuada seja lícita, pois está em conformidade com a lei, a forma pela qual os agentes policiais chegaram a essa informação foi ilícita, uma vez que eles se valeram da tortura. A consequência é que a prova ilícita por derivação não pode ser aceita como válida.						
58 C	Os agentes policiais cometeram o crime de tortura definido no art. 1.º, I, a, da Lei n.º 9.455/97 - tortura-confissão. Como os autores da tortura são servidores públicos, aplica-se o disposto no art. 1.º, § 5.º, ou seja, <i>a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.</i>						

59 E	A delação eficaz, prevista no art. 6.º da Lei n.º 9.034/95, exige que a colaboração prestada pelo agente seja espontânea. No presente caso, X só forneceu informações a respeito das infrações penais cometidas e suas autorias, porque foi torturado, estando ausente, assim, a espontaneidade da delação.							
60 E	O art. 45 da LEP trata a respeito do Princípio da Legalidade que deve ser observado quando da prática de falta disciplinar e da aplicação da correspondente sanção. Entretanto, somente as faltas graves é que foram previstas na lei de Execução Penal (arts. 50 a 52), enquanto que as faltas médias e leves devem ser estabelecidas pela legislação de cada Estado (art. 49).							
61 C	Conforme determinação do art. 127 da LEP (Lei n.º 7.210/84).							
62 E	<i>O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada</i> (art. 109). Assim, a regra é que o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação criminal. Quanto ao fato de ter praticado ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa, se houver fundada dúvida quanto sua identidade, ainda sim, será realizada a identificação criminal.							
63 E	Mesmo que o denunciado seja funcionário público, não se aplica o art. 514 do Código de Processo Penal, antes do recebimento ou rejeição da denúncia. A notificação e a resposta prévia do funcionário público só são necessárias quando se tratar de crimes funcionais típicos afiançáveis, classificação na qual não se enquadram os crimes de abuso de autoridade.							
64 C	Entendimento da Súmula 172 do STJ. Os crimes de abuso de poder não estão previstos no Código Penal Militar; logo, não são crimes militares, e por isso, compete à justiça comum processá-los.							
65 E	O crime de disparo de arma de fogo é subsidiário, em razão da expressão “ <i>desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime</i> ”. Logo, Tércio responderá unicamente pelo crime de homicídio na forma tentada (art. 121 c/c art. 14, II, parágrafo único ambos do CP), pois sendo infração mais grave absorve o crime de disparo.							
66 C	67 C	68 E	69 C	70 C	71 C	72 E	73 E	Correção em sala
74 E	75 C	76 E	77 E	78 E	79 E	80 C	Correção em sala	
81 E	Os princípios são os da Legalidade (todo ato deve ser regido pela lei); da impessoalidade (os participantes não devem ter vínculo algum profissional ou familiar); da moralidade (devem ser seguidos os preceitos morais da sociedade); da publicidade (todo ato deve ser público, ou seja, devem ser tomadas medidas para torná-lo conhecido pelos cidadãos); e o da eficiência (o administrador público deve sempre buscar agir de forma que ofereça sempre o melhor resultado através de suas ações).							
82 C	Os princípios técnicos mais importantes são o da autonomia (para atender as necessidades deve ser levada em consideração às particularidades que existem, não se esquecendo dos princípios básicos para o administrador pode agir), e o da profissionalização (quer dizer que o administrador deve ser uma pessoa capacitada para exercer a gestão do bem público).							
83 E	Todos os interessados em participar de licitação pública deverão ser tratados de maneira igualitária, isto é, todos deverão receber o mesmo tratamento.							
84 E	E. Os modelos de licitação pública são: Concorrência; Tomada de Preços; Convite; Concurso; Leilão; e Pregão.							

85 C	A "Dívida ativa" é todo o crédito que o poder público tem a receber de seus devedores, seja em decorrência de tributos não pagos, seja em decorrência de outras obrigações.
------	---

Os professores ainda não passaram os comentários às questões abaixo.

86 E	91 E	96 C	101 E	106 C	111 C	116 E
87 C	92 E	97 E	102 C	107 C	112 E	117 C
88 E	93 E	98 E	103 E	108 E	113 E	118 E
89 C	94 E	99 E	104 E	109 E	114 E	119 C
90 C	95 C	100 E	105 C	110 E	115 C	120 C

REDAÇÃO: Leia na página a seguir:

Treze dicas para a sua redação

- 1) Use o rascunho. Redigir é a arte de reescrever.
- 2) Elabore um roteiro para o assunto (leia adiante o item *Esquema de Redação*).
- 3) No início, apresente o assunto ou a problemática a ser desenvolvida.
- 4) Estruture o desenvolvimento do tema (é a maior parte do texto).
- 5) Estruture a finalização (poderá ser uma síntese de toda a argumentação ou sugestões/propostas).
- 6) Use frases curtas e diretas. A comunicação é mais fácil e você não corre tanto o risco de errar.
- 7) Escreva preferencialmente o óbvio, evitando criar polêmica.
- 8) Não repita muito as palavras. Use sinônimos.
- 9) Evite definições do tipo "a liberdade é..."
- 10) Evite usar dois-pontos (:) e ponto-e-vírgula (;). Prefira outra frase.
- 11) Ao final, revise e elimine as palavras desnecessárias.
- 12) Não passe do limite máximo de linhas.
- 13) Deixe para decidir no final o título da redação, mas não se esqueça de escrevê-lo.

Introdução, Desenvolvimento e Conclusão

SUGESTÕES PARA INTRODUÇÃO:

- a) Trace uma trajetória histórica do passado ao presente; b) Compare social ou geograficamente o assunto; c) Contestar uma idéia ou situação; d) Enumere informações; e) Apresente dados estatísticos.

SUGESTÕES P/ DESENVOLVIMENTO:

- a) Relate causas e conseqüências; b) Faça comparações com outros assuntos ou objetos; c) Apresente citações; d) Exemplifique.

SUGESTÕES PARA CONCLUSÃO:

- a) Faça a síntese do assunto apresentado; ou b) Feche o assunto propondo solução para o problema em questão.

Redação Oficial

- Refere-se às correspondências oficiais emitidas por órgãos públicos federais, estaduais ou municipais.
- Características: Objetividade e exatidão, utilizando-se de termos técnicos e fórmulas peculiares conforme a finalidade e o destinatário da mensagem.
- Regulamentação: Manual de Redação da Presidência da República.
- Identificação: Use tipo, nº de ordem e sigla do órgão remetente. Ex.: Ofício 830/2004-PM, Edital 24/2004 -DPF.
- Vocativo: Use *Excelentíssimo* e *Vossa Excelência* para chefes de poder (Pres. República, do Congresso e do STF). Use *Senhor* e *Vossa Senhoria* para demais autoridades (Senhor Senador, Senhor Ministro, Senhor Governador, Senhor Juiz).
- Fecho: Use *Respeitosamente* para autoridades superiores, e *Atenciosamente* p/mesma hierarquia ou inferior.

T E X T O :

- **Introdução:** Deve ser direta ("Encaminho a Vossa Excelência...", "Submeto a Vossa Senhoria o relatório...").
- **Desenvolvimento:** Deve ser objetivo, eficaz e detalhado. Se tiver várias idéias, divida-as em parágrafos distintos.
- **Conclusão:** Deve-se reafirmar ou reafirmar a posição recomendada sobre o assunto.

COMO ESTRUTURAR SUA REDAÇÃO:

ESQUEMAS DE REDAÇÃO

Exemplo: Descrição de objetos

1º parágrafo	Observações de caráter geral referentes à procedência e/ou à localização do objeto.	INTRODUÇÃO
2º parágrafo	Rápida enumeração das partes que compõem o objeto, associada à explicação de como as partes se agrupam para formar o todo.	DESENVOLVIMENTO
3º parágrafo	Detalhes do objeto visto como um todo (externamente): formato, dimensões, peso, cor etc.	
4º parágrafo	Observações de caráter geral referentes à sua utilidade ou qualquer outro comentário que envolva o objeto na sua totalidade.	CONCLUSÃO

SEU DESAFIO: Faça seu esquema de redação, escolhendo outros temas: *Casamento após os 50 anos, A autome-dicação, Meu primeiro emprego, Vida na capital versus vida no interior, Vagas para negros nas universidades, Criminalidade urbana* etc.